



O Ideário Patrimonial О идеарио

*QUAL A CÔR
DOS
PATRIMÓNIOS?*



www.cta.ipt.pt

N. 14 // julho 2020 // Instituto Politécnico de Tomar

PROPRIETÁRIO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

EDITORES

Ana Pinto da Cruz, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor José d' Encarnação, Universidade de Coimbra

EDIÇÃO E SEDE DE REDACÇÃO

Instituto Politécnico de Tomar | Centro das Arqueologias

DIVULGAÇÃO

Em Linha

DIRECTORES-ADJUNTOS

Professora Doutora Teresa Desterro, Instituto Politécnico de Tomar

Professora Especialista Fernando Salvador Sanchez, Instituto Politécnico de Tomar

Doutor Gustavo Portocarrero, Faculdade de Belas-Artes, da Universidade de Lisboa (CIEBA)

CONSELHO CIENTÍFICO

Professor Catedrático Carlos Costa, Universidade de Aveiro

Professor Doutor Carlos Cupeto, Universidade de Évora

Professor Doutor André Luis Ramos Soares, Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Professor Doutor Fabio Negrino, Università degli Studi di Genova

Professora Doutora Hália Santos, Instituto Politécnico de Tomar e Directora do ESTAJornal

Professora Doutora Maria João Bom, Instituto Politécnico de Tomar

DESIGN GRÁFICO

Gabinete de Comunicação e Imagem© | Instituto Politécnico de Tomar

PERIODICIDADE

Semestral

ISSN 2183-1394

LATINDEX folio nº 23591

ANOTADA DA ERC | REGISTADA NA INPI

© Os textos são da inteira responsabilidade dos autores.



Índice

EDITORIAL - SALVAGUARDA DOS PATRIMÓNIOS: SABOR AMARGO Ana Cruz	06
ALFONSUS LUSITANUS Thomas Gehring	17
A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO INTERCULTURAL EM CONTEXTOS INDÍGENAS NA AMAZÔNIA LEGAL, BRASIL Síria Emerenciana Nepomuceno Borges, Maires Souza dos Anjos	26
OS CAMINHOS PORTUGUESES A SANTIAGO DE COMPOSTELA: ORIGENS E TRANSFORMAÇÕES DA ROTA PORTUGUESA Leandro Gomes	50
GOUVERNANCE TOURISTIQUE AU MAROC, DESTINATION MARRAKECH Fadwa Chbani Idrissi	75
QUEL PROCESSUS DE PATRIMONIALISATION POUR LA VALORISATION TOURISTIQUE DES ZONES DE MONTAGNE AU MAROC Wahiba Moubchir, Fatima Ez-zahra Benkhallouq	99
ELEMENTO PATRIMONIAL PRECIOSO NAS BIBLIOTECAS UNIVERSITÁRIAS ANGOLANAS: O LIVRO DIDÁTICO Teresa Almeida Patatas	119
HISTÓRIAS DO ENGENHO DO MURUTUCU: UM PATRIMÔNIO ARRUINADO NA AMAZÔNIA BRASILEIRA Diogo Menezes Costa	132
PATRIMOINE ET PATRIMONIALISATION: PROCESSUS ET NOUVEL ENJEU DE VALORISATION TERRITORIALE Hicham Saddou	182
PATRIMÔNIO CULTURAL: DA IMPOSIÇÃO A INVISIBILIDADE! Marcos Canetta Rufino, Roberto Michetti Moreira	221

MEMÓRIA DO TRABALHO DAS MULHERES NA CATAÇÃO DO CAFÉ NA ZONA PORTUÁRIA DE SANTOS-SP Kathelyn Kristinne Garcia da Silva	242
MUSEU, TURISMO E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL: UM ESTUDO DE CASO Eunice R. Lopes, Mónica Cardoso	256
MUSEUS E ROTAS CULTURAIS. FERRAMENTAS DE DIVULGAÇÃO DO PATRIMÓNIO ARQUEOLÓGICO SUBAQUÁTICO DOS AÇORES José Luís Neto	269
O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO Vera Maria da Silva	301

O ESTADO DO LUGAR DE MEMÓRIA DE JÚLIO DE CASTILHO

JÚLIO DE CASTILHO'S CASE STUDY: A MEMORY PLACE

Recebido a 30 de abril de 2020

Revisto a 18 de maio de 2020

Aceite a 20 de junho de 2020

Vera Maria da Silva

Doutoranda em História, Universidade de Évora, CIDEHUS.
Largo do Marquês de Marialva, 8, 7000-654, Évora
vmjduartedasilva@gmail.com

Resumo

Apresentam-se espaços memoriais dedicados a Júlio de Castilho, em particular no Lumiar. Considera-se a possibilidade de o ideário de quintas de recreio e *villeggiatura* poder ter influído na escolha de Castilho pelo Lumiar, antigo sítio de recreio, para nele ter uma residência. Tendo em conta a relevância histórica e social de lugares de memória, apresenta-se o actual estado de conservação em que se encontra a casa e o Largo Júlio de Castilho, lugares emblemáticos no espaço público e edificado da Freguesia do Lumiar.

Palavras-chave: Casa Júlio de Castilho, antigo Lumiar, vilegiatura, lugares de memória, património cultural.

Abstract

We looked into the memorial places dedicated to Júlio de Castilho, particularly in Lumiar. We considered the possibility that this council, an ancient recreational site, was chosen by Castilho to live in due to the ideary of recreational farms and *villeggiatura*. Given the historical and social relevance of memory places, we present the current conservation state of the house and of the Square Júlio de Castilho, emblematic places in the public space of the Lumiar council.

Keywords: Júlio de Castilho house, old Lumiar, *villeggiatura*, places of memory, cultural heritage.

1. Enquadramento de Abordagem

A 8 de Fevereiro de 2019 perfizeram cem anos sobre o falecimento de Júlio de Castilho (1840-1919)¹, acontecimento que ocorreu na sua casa do Lumiar, na Travessa do Prior. Conserva interesse o conhecimento da obra do fundador da olisipografia e um dos principais historiadores de Lisboa (Castelo Branco, 1980) e acautelar a preservação e dinamização dos lugares de memória que lhe foram dedicados². Esta comunicação descritiva baseia-se na literatura consultada e num estudo sobre o antigo Lumiar (Silva, 2015). Articula-se em três partes: i - Inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público; ii - A casa de Júlio de Castilho no antigo Lumiar no contexto do ideário de “villeggiatura” iii - O estado do lugar de memória de Júlio de Castilho nesta Freguesia. O Lumiar, primeiro sítio escolhido para o homenagear, é uma Freguesia antiga³ com valioso património cultural e alvo de secular preferência para nela se ter quintas de recreio (Matos, 1989) e segundas residências, a função desta casa de Castilho às “portas de Lisboa.

¹ Comunicação oral apresentada a convite às Jornadas de Estudo Castilhianos, Lisboa Museu Nacional do Teatro e da Dança, organização da Junta de Freguesia do Lumiar, Grupo Amigos de Lisboa, Centro Cultural Eça de Queiroz, 27 de Abril de 2019. Não se consideram as regras do acordo ortográfico instituído em 2009. Trabalho é financiado por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto UIDB//00057/2020. This work is funded by national funds through the Foundation for Science and Technology, under the project UIDB//00057/2020.

² A actual rua Pena Monteiro. Ernesto Augusto da Pena Monteiro (26/07/1858 -24/03/1917), foi uma personagem relevante do movimento liberal e republicano. Como activista associativo, teve destacado papel na fundação e direcção da Sociedade Instrução e Beneficência José Estêvão (vd. Silva, 2015), instituição que, por largas décadas, teve um importante papel social.

³ O Lumiar, actualmente a mais antiga Freguesia de Lisboa, completou 750 anos em 2016.

1.1. Inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público

1.1.1. A lápide da sua casa do Lumiar

A presença de Júlio de Castilho no Lumiar, sítio onde terá produzida parte da sua obra, torna-o um dos seus principais lugares memória⁴ e sinaliza a génese da criação dos que lhe foram dedicados, o que sucedeu logo no ano do seu falecimento. Os seus amigos Miguel Trancoso, António César Mena Júnior José e Artur Bárcia – fotógrafo que registou várias imagens de Castilho e do antigo Lumiar – tomaram a iniciativa de colocar uma lápide evocativa na sua casa da Travessa do Prior. A 30 de Abril de 1919 a cerimónia de homenagem com o descerramento desta lápide reuniu largas dezenas de pessoas (Figura 1).



Figura 1. Fotografia do descerramento da lápide de homenagem a Júlio de Castilho.

Fonte: http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf

1.2. A perpetuação de Júlio de Castilho na toponímia de Lisboa

Em 1925, seis anos depois, a Câmara Municipal de Lisboa decidiu inscrever o nome de Júlio de Castilho na toponímia da cidade. A autarquia terá considerado a obra referencial que ele produzira sobre a história de Lisboa e, possivelmente, a sua decisão de ter

⁴ Pierre Nora (1993) considera lugar de memória toda a unidade significativa, de ordem material ou ideal, que a vontade dos homens ou o trabalho do tempo tenham convertido em elemento simbólico do património memorial de uma comunidade.

assegurado uso público ao valioso espólio que reunira ao longo da vida e que doara, devidamente organizado, à Torre do Tombo. Deste acervo constava a importante “Coleção Olisiponens”, formada por documentos sobre a história e quotidiano de Lisboa e que ele terá usado nos seus estudos, outros documentos sobre temas do seu interesse, diversos inéditos e documentação pessoal.

O Edital municipal de 2 de Março de 1925 atribuiu o nome Largo Júlio de Castilho ao, até aí, designado por Largo da Duquesa, local contíguo à sua casa do Lumiar (Figura 2), Na placa toponímica que o perpetua neste espaço público da cidade consta: “Largo Júlio de Castilho Erudito Escritor e Historiador/1840 – 1919”.

O largo, fronteiro ao Palácio Angeja-Palmela, ou do Monteiro-Mor, e actual Museu Nacional do Traje, reunia características que concorriam para dignificar a memória de Castilho (Arez, 2004, 2010, [Simões?], 1976-1977) O Largo da Duquesa, com área apreciável, apresentava-se como um espaço de representação do próprio palácio. Em 1909 a transferência para este sítio de um chafariz, peça arquitectónica e escultórica que a Câmara de Lisboa mandara levantar em 1885 no adro da Igreja de São João Baptista (Silva, 2015, p. 69, fig. 18), acrescentou monumentalidade ao Largo⁵. Este apresentava uma ocupação edificada coerente, sem descontinuidade e com alguma escala. Esta era-lhe conferida pelo palácio e pela presença de duas casas residenciais, uma delas com particular volumetria, depois convertida na Academia Musical 1 de Julho de 1893, e que contrastava com a da maioria das pequenas habitações do antigo núcleo urbano. Oposta à entrada do largo surgia parte da casa de Júlio de Castilho (Figura 2). Contribuía ainda para prestigiar o

⁵ Peça neo-clássica de mármore com dois tanques opostos e coroado por uma escultura em tamanho natural. Esta representava um jovem trajado à maneira romana, com um cálice na mão esquerda encostada ao peito e, na mão direita, tinha uma cornucópia a transbordar de frutos. Estes elementos simbólicos, cornucópia com frutos e taça de água, estariam associados à representação da abundância e à vitalidade essencial da água, garantia de vida e fertilidade (imagem pormenorizada da escultura na Figura16).

largo a proximidade de antigas quintas de recreio com palácios e palacetes edificadas ao longo de séculos e enquadrados por jardins.



Figura 2. Largo Júlio de Castilho. Fonte:
<https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>

1.3. O jardim público e o monumento a Júlio de Castilho

A 25 de Julho de 1929 a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Lisboa reiterou a homenagem da cidade ao seu relevante historiador. Inaugurou, no miradouro do Largo de Santa Luzia, o “Jardim de Júlio de Castilho” e um monumento escultórico⁶ (Figura 3). A lápide memorial do local destaca duas obras referenciais de Castilho: “Jardim de Júlio de Castilho. Mestre de estudos olisiponenses.

Autor da Lisboa antiga e de A Ribeira das Naus”. Estas decisões expressariam a intenção do município de reforçar a inscrição da memória de Júlio de Castilho no espaço público da cidade de Lisboa.

⁶ O sentido etimológico original da palavra monumento, monere - advertir, recordar; mens – memória, O sentido de monumentum é o de recordar na memória.



Figura 3. Inauguração do jardim e do busto de Júlio de Castilho de Costa Motta, Foto de Eduardo Portugal, Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte: <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>

O miradouro de Santa Luzia era um sítio feliz para a localização de um jardim em memória de Júlio de Castilho. O local, qual varanda no “mais importante trecho da muralha goda que Lisboa possui” (Raul Proença, cit. in *Toponímia de Lisboa*, 2018, Agosto, 27)⁷, oferece ampla vista de Alfama, do rio Tejo, e apresenta referências espaciais e históricas relacionadas com as obras de Castilho destacadas na lápide (Figura 4).

⁷ Raul Proença, in *Guia de Portugal, Lisboa antiga Primeira parte: O Bairro Alto* (1879), cf. URL <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>



Figura 4. Vista de Alfama e do rio Tejo a partir do miradouro de Santa Luzia. Fonte: https://www.tripadvisor.pt/LocationPhotoDirectLink-g189158-d2211899-i156309498-Miradouro_de_Santa_Luzia-Lisbon_Lisbon_District_Central_Portugal.html

Os painéis de azulejos nas paredes exteriores da igreja –“A Tomada do Castelo de São Jorge aos Mouros por D. Afonso Henriques” e “A antiga Praça do Comércio”⁸ – enquadram, desde 1939, o busto de Castilho e são, também, apropriados à sua obra e à história de Lisboa.

1.4. A Biblioteca - Jardim Júlio de Castilho

Trinta anos depois, em 1959, a Câmara Municipal de Lisboa instalou no miradouro de Santa Luzia, a “Biblioteca Jardim Júlio de Castilho” (Figura 5), decisão que homenagearia o historiador e a sua figura cívica e cultural que, como o seu pai, nutria interesse pela educação popular⁹. Esta iniciativa indicará que conservava significado social

⁸ Painéis de António Quaresma, e produzidos na Fábrica Viúva Lamego, cf. URL <https://toponimialisboa.files.wordpress.com/2018/08/dsc00222.jpg>

⁹ António Feliciano de Castilho (1800 -1875), escritor, polemista e pedagogo, inventou o “método Castilho de leitura repentina”, o *Methodo Portuguez*, e esteve associado à criação de escolas primárias e liceus gratuitos, iniciativas relevantes numa época em que o analfabetismo entre a população portuguesa seria de 75% (vd. Candeias, 2004).

homenagear Júlio de Castilho, e que a criação de bibliotecas públicas era pertinente na política cultural do município que – perante os níveis nacionais da pobreza e as taxas de analfabetismo, fracos hábitos de leitura e de competências leitoras – terá considerado de interesse público a criação de bibliotecas para promover o acesso social a materiais de leitura.

Depois da criação desta biblioteca-jardim, e com excepção do “Prémio Municipal Júlio de Castilho” – distinção criada pelo Edital municipal 160/82 para ser anualmente atribuída à melhor obra sobre Lisboa e recentemente descontinuada – não se encontrou referência a outras iniciativas para inscrever a memória de Castilho no espaço público de Lisboa. Nem para requalificar os lugares de memória que lhe haviam sido dedicados, apesar de estes, e outros marcos celebrativos, quando investidos de continuado significado, dinamização e ressignificação serem instrumentos para a continuidade, inscrição e reconstrução da identidade individual e colectiva.

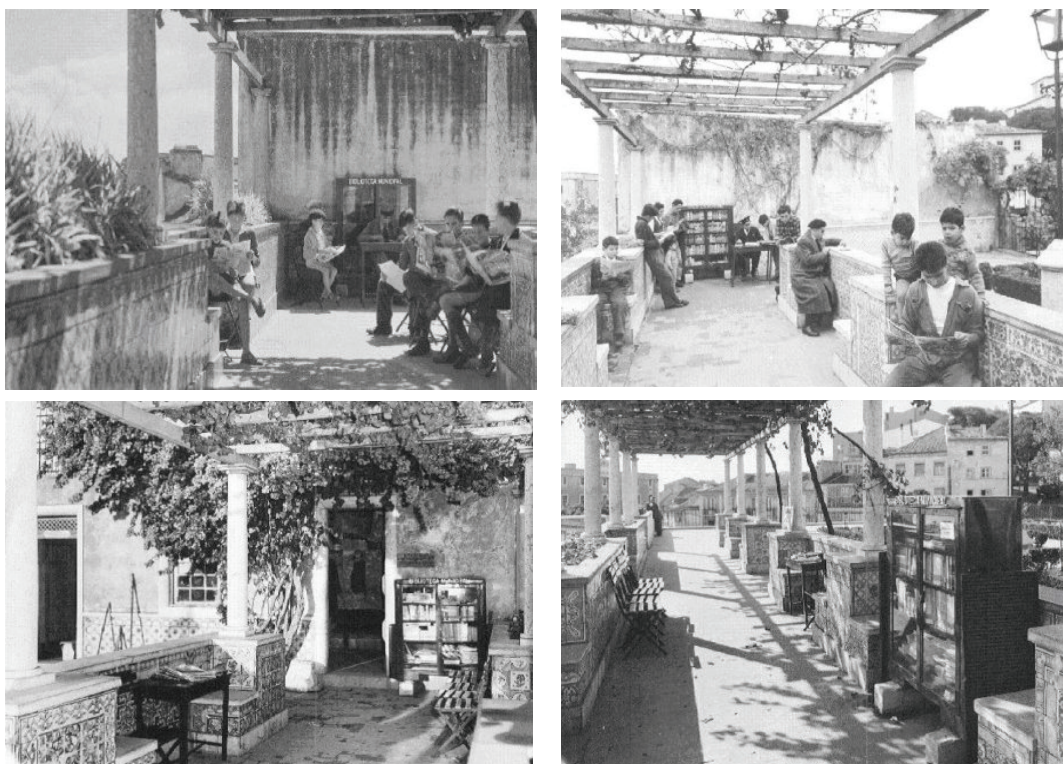


Figura 5. Fotografias da Biblioteca Jardim Júlio de Castilho no Miradouro de Santa Luzia. Imagem 1, a biblioteca em 1949 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N10544); imagem 2, em 1959 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N26659); imagem 3 e 4 em 1961 (Arquivo Fotográfico de Lisboa, N33369 e, N33367). Fonte: <http://blx.cm-lisboa.pt/gca/index.php?id=746>

2. A casa de Júlio de Castilho no Lumiar

A casa de Júlio de Castilho é um edifício oitocentista¹⁰ de traça rectangular e volumetria muito proporcionada com dois pisos e águas furtadas. O cariz da fachada enquadra o edifício num estilo vulgarizado na arquitectura civil residencial do século XVIII-XIX (Figura 1) e expressará o gosto de elites urbanas e o seu desejo de transporem tipologias de casas citadinas para espaços rurais. A casa de Castilho não se configurava às vizinhas residências palacianas – que emulavam as *villas palladianas* da Itália de quatrocentos que vieram a tornar-se um fenómeno social e cultural que perdurou até ao séc. XIX (Bentmann & Müller, 1975) – mas era tributária do seu imaginário ao apresentar alguns dos seus tópicos caracterizadores: jardim e tanque de água. Esta casa terá sido um dos lugares de habitação e trabalho de Castilho (Figura 6). Segundo informação oral de Fernando Andrade Lemos, ele teria outra residência em Lisboa. Mas uma casa de campo era essencial para se fazer a “villeggiatura”, uma prolongada estadia anual no campo (idem), à época, uma prática entre os que a podiam fazer. Esta, para Castilho, seria favorecedora de distensão, apropriada para a introspecção e o estudo, ou propícia para [ele] privar e conviver mais reservadamente com amigos, pois sobre o local Vítor Serrão afirma: “Tudo tem, portanto, referências unívocas e percebe-se que um historiador, investigador e pedagogo de fino perfil como foi Júlio de Castilho, o autor de referência de *Lisboa Antiga* e de *A Ribeira de Lisboa*, clássicos da Oisipografia, aqui instituiu o seu gabinete de trabalho, ainda o Lumiar era um espaço articulado e com desafogadas valências paisagísticas, antes das alterações brutais que o seu *entorno* sofreu (...).” (2015, pp. 9-10).

¹⁰ Revez (2012) data-a de meados do século XVIII ao ter detectado a sequência da propriedade da casa até ao terramoto de 1755 com base no pagamento dos foros. Em 2014, nas obras de reabilitação surgiram evidências de empenas de duas casas anteriores, o que apontará para ter havido neste espaço outras edificações mais antigas.



Figura 6. Júlio de Castilho na sua casa do Lumiar. Imagens captadas pelo fotógrafo seu amigo José Artur Leitão Bárcia. Fontes: <http://prosimetron.blogspot.com/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>; http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf

Ter esta casa sido uma possível segunda residência não terá apoucado as estadias de Castilho no Lumiar, à época lugar campestre muito procurado. Para os que faziam vilegiaturas, o ano tinha duas temporadas: a da estação mundana, Inverno e Primavera na cidade; e a estação da “villeggiaturas”, Verão e parte do Outono, no campo (Bentmann & Müller, 1975).

Caso Castilho, desde que teve casa no Lumiar, tenha cumprido estas *saisons*, ele poderá ter passado aqui quase metade de cada ano. Ao lado da casa de Castilho também Luz Soriano¹¹ possuiu uma. A lápide que perpetua a sua memória informa que a casa foi a sua residência de Verão, o que prefigura uma ocupação sazonal (Figura 7).



Figura 7. Lápide na fachada da Casa Luz Soriano: “Este prédio foi muitos annos propriedade e residencia de Verão do nosso notável historiador Simão José da Luz Soriano e a elle foi comprado pelo seu actual proprietario o qual lhe mandou por esta lápida para perpetuar a memoria de tão prestante cidadão”. Julho 9 de 1889 C. A. Leite. Fonte: http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf

Casas de campo e quintas de recreio, e a convicção das vantagens de “villeggiaturas”, ainda estavam em voga no séc. XIX. Considerando estes fenómenos, antes de apresentar a descrição do estado actual do lugar de memória de Júlio de Castilho no espaço público edificado do Lumiar, importará abordá-los. Não fosse as características do Lumiar poderia não ter existido uma casa de Júlio de Castilho nesta Freguesia.

2.1. O Lumiar na tradição de quintas e vilas de recreio

O Lumiar era um sítio propício para acolher e concretizar o ideário de vilegiatura e de quintas de recreio e casas de campo, imagética que ainda terá tocado Júlio de Castilho. Desde a Idade Média existiram no lugar quintas que associavam à sua dimensão de unidades produtivas uma faceta recreativa: “Chama-se Quinta de Recreio à propriedade rústica que, independentemente da dimensão, inclui terrenos de cultivo, hortas e pomares, edifícios de

¹¹ Simão José da Luz Soriano (1802-1891), médico, historiador político, jornalista. Autor de obras incontornáveis para o estudo das guerras liberais: “*História da Guerra Civil*”, “*O Cerco do Porto*”, e “*Vida e Obra de Sá da Bandeira*”. Na sua obra histórica destaca-se “*História do Reinado de D. José*” e “*Marquês de Pombal*”. residência do proprietário, zonas de lazer, designadamente jardins, pavilhões, fontes, lagos,

pombais e matas, variando em função do estatuto social dos moradores (...) [e era] quase sempre uma residência secundária de uma Família possuidora de uma casa ou palácio em

Lisboa. (...) As mais próximas tinham como função constituir espaços alternativos à cidade, logo lugares de repouso e ócio” (Mesquita, 1992, p. 19).

A génese do interesse por quintas de recreio encontrar-se-á nas *villas palladianas*, surgido no império romano, quando ocorreu a apologia da superioridade do campo em relação à cidade, ideal que enaltecia o tempo da república e dele desejava dar uma imagem exemplar. Este ideário terá sido retomado no fim da Idade Média, quando “la vieja capa feudal fue desplazada por una nueva capa burguesa de terratenientes” (Bentmann & Müller, 1975, p. 22). No Lumiar, e região vizinha, o fenómeno das *villas palladianas* terá tido alguma anterioridade. O sítio, um povoado de raiz medieval às portas de Lisboa, crescera no entorno de uma propriedade rural de D. Afonso III e continuou a ser frequentado por outros reis. Séculos depois, Frei Francisco Brandão (1601-1680) relata: “por todo este termo de Lisboa tinham os Reys de Portugal suas quintas, & casas de recreação, convidados da bondade do sítio, que por todas as partes merece ser buscado, & habitado, aqui por estas partes tinham as quintas do Lumiar, Odiuellas, & Friellas” (*Monarquia Lusitana*, vol.V, Livro. XVII, 25, *apud* Revez, 2014, pp. 3-5). O lugar oferecia-se talhado à medida de quintas e casas de campo. O ambiente natural, a abundância de água (Silva, 2015, fig.17) e a *bondade* do sítio eram valiosas para a vocação agrícola e de lazer deste *termo* aprazível, salubre, com quietude e “bons ares”, o que terá contribuído, bem como a persistente validação que a nobreza lhe conferia, para inspirar outros estratos sociais a procurarem-no para nele adquirirem propriedades e nelas levantarem palácios e solares rurais (Caldas, 1999), plantarem jardins delimitados, criarem bosques coutados e fazerem benfeitorias para, como convinha a quintas de recreio, torná-las lugares de desfastio.

No Lumiar, como noutros espaços europeus, o apreço por propriedades rurais de recreio foi um fenómeno com continuidade. No entorno das cidades quatrocentistas, com particular expressão nos territórios da Toscana e *terraferma* de Veneza, verificou-se uma

duradoura edificação de palácios e palacetes no campo. Fenómeno que terá sido facilitado pelo “contexto renascentista – vinculado ao pensamento, valores e produções culturais da antiguidade clássica – [e nele] redescobriram-se os ideais da vida rural e apreço por *villas* rurais” (Silva, 2015, p. 33). Durante a Idade Moderna as vilegiaturas também foram consideradas uma escola ideal para os jovens por, no tumulto das cidades, ser-lhes difícil desenvolver capacidade de contemplação e formar uma alma bela: “no podría desenrollar-se sin obstáculos como consecuencia de “Questi tumulti, questi streoidi, questa tempestá della terra, della piazza, del palazzo” (Alberti¹², *apud* Bentmann & Müller, 1975, p. 135). Alberti, inspirado em Cícero, *De la Senectud*, sentenciava: “nada me parece más importante para la vida familiar que a educación de la juventud en la mejor conducta y la mayor madurez mórale” (op. cit.).

Em meados do séc. XVIII assistiu-se à revitalização de quintas de recreio, fenómeno alinhado com valores então em voga: a economia fisiocrática, a estética bucólica, o pensamento iluminista (Rousseau, 1974, Wesch, 2009). Estes valores terão emoldurado o “novo” ideal existencial que “se concretaba en la *usanza nuova* de la villa (...) clásica y en la organización social de los *beni* de la *Padania* (...) la arcadia es el objetivo de una evasión de la malsana y hostil vida urbana” (Bentmann & Müller, 1975, p. 158). Ainda que a “glorificación abierta de la vida rural no se dirigió a la población radicada en el campo, que desde siempre había sido campesina” (1975, p. 26), as quintas de recreio representariam para os seus donos e convidados a “concretização” de um ideário naturalista e social. No séc. XVIII, o tempo dourado das “quintas de regalo”, os que as não tinham apreciariam convites para visitas e estadias. O próprio Júlio de Castilho informa que, na estação caldosa, “nobres e outros iam para os sítios das suas quintas de recreio e que a elas “afluía todo o que tinha”¹²

¹² Leone Battista Alberti, *Fragmento sobre la villa*, ca.1430-1440 (Bentmann & Müller, 1975,p. 131).



morada e assentamento e todo o que os desejava ter” (1938, XII, p. 198), “todo” que ele apelida por “mariposas de palácio” (*idem*). Na altura “a alta sociedade frequentava assiduamente os espaços campestres do Lumiar, ocupando os seus tempos livres em bailes de salão, teatro, passeios ao campo, reuniões e saraus” (Andrade, 2003, p. s.p.). Em França, após a queda do Antigo Regime, a nova realidade terá levado a que este se tornasse memória grata a membros da nobreza que dele conservaram a visão nostálgica de um tempo de paraíso perdido. Charles-Maurice de Talleyrand (1754-1838), nobre, bispo, político e diplomata francês, sentenciava: “ceux qui n'ont pas connu l'Ancien Régime ne pourront jamais savoir ce qu'était la douceur de vivre” (*apud* Paléologue, 1924, pp. 281-318). Infere-se que Quintas de Recreio terão feito parte dessa doçura de vida.

Será a partir do século XIX que as quintas de recreio começam a deixar de funcionar como unidades produtivas. Já há muito que a riqueza baseada na terra não era comparável à gerada por manufacturas, comércio interno e internacional (Monteiro, 2007) e foi-se perdendo o interesse pela dimensão agrícola destas quintas. Elas passarão a restringir-se à área ajardinada nas imediações do núcleo edificado e a circunscrever-se à componente recreativa. A casa de Castilho, e a sua presença no Lumiar, enquadram-se no ocaso do fenómeno quintas de regalo e casas no campo. Mas no limiar do seu crepúsculo, Vilhena Barbosa ainda dizia do Lumiar em 1863: “(...) mais parece uma rua de cidade com algumas travessas tortuosas, pouco limpas e irregulares, do que uma aldeia. Porém a salubridade do ar, a bondade das águas, e as quintas aprazíveis que o rodeiam, fazem com que os moradores da capital o apeteçam e procurem na estação calmosa (...)” (In *Fragmentos de Um Roteiro de Lisboa* cf. Andrade, 2003, p.s.p.). Residentes sazonais do Lumiar continuavam a usufruir

das suas casas de campo e jardins num entorno às portas de Lisboa que, ainda no séc. XX, conservava características de espaço rural (Figura 8).



Figura 8. Cartografia do Lumiar, um espaço rural pontuado por palácios. Figura 8a. Planta topográfica de Lisboa, nº 8T in Arquivo Municipal de Lisboa. 2, Cartografia do Lumiar (Gabinete de Estudos Olisiponenses. Fontes: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/paco-do-lumiar-12507> e http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf

Vítor Serrão considera o Lumiar um “(...) sítio particularmente benfazejo, que no século XVIII era de moda no termo de Lisboa e que no século XIX acrescentou um fácies romântico às suas fachadas e envolvências (...)” (2015, pp. 41-42). Os seus campos abertos também eram procurados por visitantes de estratos sociais que, sem meios para ter “assentamento” próprio no lugar, o procuravam para passear, visitar a feira anual e assistir às procissões. Os largos de São João Baptista e da Duquesa, vizinhos e articulados (Figura 8), eram os principais espaços públicos urbanos do sítio e representariam o espaço religioso e o civil. O Largo da Duquesa, confinante com a casa de Castilho, era usado para tarefas

quotidianas (Obtido na https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg). As ocupações de que ambos eram alvo e a sua frequência social diversificada¹³ fariam deles os principais lugares de permeabilidade sociocultural da Freguesia. Eles, e os eventos no seu entorno, terão contribuído para gerar oportunidades de interacção entre cultura(s) de elites e cultura(s) popular(es), e para promover alguma “circularidade cultural” (Chartier, 2003) e modelação da “cultura comum” (Williams, 1960) do Lumiar.

As dimensões naturais e socioculturais do Lumiar conferiram-lhe cariz distintivo e poderão ter influído na escolha de Júlio Castilho em nele ter segunda residência, o que faz desta Freguesia um sítio relevante para a perpetuação da sua memória. O ambiente distendido¹⁴ e ocioso¹⁵ da vilegiatura favoreceria contemplação, reflexão, criação, e ele pode ter optado ter casa na, então, quase aldeia do Lumiar por necessidade de concentração nos estudos, influência familiar e possível partilha de mundividências do ideário de vilegiatura. Apesar de Castilho ter assistido ao começo da transformação da velha aldeia – “(...) o nosso Lumiar, hoje cheio de palacetes, e cortado de eléctricos, carruagens, e automóveis, que o tornam um bairro da Capital, era povoação muito campestre, meio solitária, e, por assim dizer, a léguas de Lisboa (...)” (Andrade, 2003) – o sítio conservava vida rural, ambiência bucólica e o evanescente glamour do tempo áureo das quintas de recreio.

¹³ Vejam-se alguns exemplos em https://www.youtube.com/watch?v=g3F_sqdKgqg e <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/feira-de-santa-brigida-ou-feira-do-12055>

¹⁴ Vd. imagem ilustrativa numa cópia de um quadro de Lancret que representa uma distendida cena familiar de época numa vila rural em <http://www.junglekey.com/search.php?query=Nicolas+Lancret+pintor+franc%C3%A9s&type=image&lang=en®ion=us&img=1&adv=1>

¹⁵ “Somos activos a fim de ter ócio” (Aristóteles). No século XVIII o ócio aristocrático era essencial para a actividade intelectual. Ócio não é sinónimo de indolência ou de desfrute sensitivo alienador, ainda que, com frequência, o termo seja usado neste sentido. Na Grécia antiga a sua utilidade era socialmente considerada imprescindível. O *ócio democrático* ateniense significava a libertação das actividades que garantiam o sustento para que todos, os que eram cidadãos, pudessem pensar e participar na discussão política e nas decisões da Assembleia (*Ekklesia*), do Conselho (*Boule*) e nos julgamentos dos tribunais (*dikasteria*).

E continuaria a oferecer oportunidade de desfrutar prazeres mundanos e de os compaginar com interesses reflexivos, contemplativos, intelectuais e criativos. Depreende-se de imagens registadas (Figuras 9 a 11 e nota 16) que estes interesses podem ter convergido e sido concretizados nas vilegiaturas de Júlio de Castilho no Lumiar, um aprazível sítio fora de portas.



Figura 9. Possível fotografia de Júlio de Castilho junto de um retiro de fado no Lumiar. Fonte: <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/453942.html?thread=5371958>



Figura10. Júlio de Castilho numa visita à família Sanches de Baena, na casa que esta tinha na sua quinta de recreio em Benfica. Fotografia de José Artur Leitão Bácia, anterior a 1909. Arquivo Municipal de Lisboa. Fonte: <http://retalhosdebemfica.blogspot.com/2012/01/>



Figura 11. Fotografias de Júlio de Castilho. A primeira, a conversar, será no jardim da sua casa do Lumiar, pois os elementos construtivos são semelhantes aos que nela ainda persistem. A segunda, num possível momento de pausa de trabalho ou de reflexão, situações conformes com o ideário de vilegiatura. Fonte: <https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/julio-de-castilho-11528>

Ao prolongado fenómeno histórico de interesse por quintas, solares e palácios de campo no Lumiar e Freguesias vizinhas sucedeu-se o desinteresse por eles. A partir de meados do séc. XX muitas quintas, já reduzidas à residência e jardins, foram sendo votadas ao abandono. O seu património natural e edificado com diversas tipologias de ocupação foi-se degradando. A partir da década de setenta do séc. XX muitas quintas começaram a ser alvo de vandalismo e saque. Nos anos sessenta dera-se o crescimento e transformação da ocupação urbana do Lumiar. Na periferia do seu núcleo antigo edificou-se habitação colectiva, surgiram bairros de lata e elevada pressão automobilística a partir das novas áreas suburbanas edificadas nos limítrofes desta Freguesia. Estes fenómenos contribuíram para a rápida desfiguração morfológica, ambiental e cultural do Lumiar. Em 1955-1970, a construção da Avenida Padre Cruz, uma “auto-estrada citadina”, foi o fenómeno mais destrutivo. Ela quebrou a unidade ambiental e morfológica do Lumiar, dividiu o antigo núcleo urbano em dois e levou à demolição, quase na totalidade, do antigo corpo urbano edificado a poente.

Estas ocorrências transfiguraram o Lumiar e fizeram-no perder a secular aura encantatória do seu *genius loci* ao desapossaram-no de características ambientais, edificadas

e humanas que o haviam tornado sítio de eleição para quintas de recreio. E destruíram uma comunidade com identidade colectiva e vida própria sustentada em unidades produtivas e económicas do sector primário, secundário e terciário (Silva, 2015). A nova avenida não só eliminou significativo património cultural do Lumiar como o tornou um sítio de ruínas, incluindo a casa de Júlio de Castilho, um dos seus lugares de memória.

3. O estado do lugar de memória de Castilho no Lumiar

Não é grato fazer a descrição do actual estado do lugar de memória de Júlio de Castilho no Lumiar e o da sua envolvente, apesar de um e outro estarem localizados num espaço físico e edificado – habitacional e público de cultura, recreio e lazer – que faz parte do conjunto classificado do antigo Lumiar (Decreto n.º 67/97). Mas importa proceder a esta sinalização e à sua divulgação. Elas poderão contribuir para alertar sobre o estado deste património e para a necessidade de procurar reverter a situação em que ele se encontra. Se assim, for, este registo servirá, apenas, para memória futura. Por agora as imagens seguintes são eloquentes e justificam o maior uso que, nesta parte, é dado às ilustrações.

3.1. O Largo Júlio de Castilho no tempo recente

Segundo Pierre Nora (1993), constituem-se lugares de memória os testemunhos de realidades materiais e imateriais resultantes do cruzamento da História cultural e da história individual que, ao assumirem carácter simbólico, dêem origem a lugares que perpetuam a conservação dessa memória. Neste sentido, o Largo Júlio de Castilho é um lugar de memória. Mas ele tem vindo degradar-se, apesar de, já em 1996, o Gabinete da Divisão dos Núcleos Dispersos, Direcção Municipal de Reabilitação Urbana ter chamado à atenção “(...) para os problemas mais urgentes quanto à reabilitação do espaço público (...)” (Andrade,

2003) e neles incluir o núcleo antigo da Rua do Lumiar. O largo e a casa de Júlio de Castilho fazem parte da delimitação deste conjunto classificado (SIPA - Sistema de Intervenção para o Património Arquitectónico

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf>).

Ao comparar o estado anterior do largo com o actual (Figura 12) – a partir de uma aguarela, oferecida por Júlio de Castilho a D. Joanna Trancoso, com a dedicatória “lembrança de sincera amizade de J. Castilho. Junho de 1916” (peça pictórica privada) – observa-se que ele está degradado e convertido em espaço de estacionamento informal.



Figura 12. O Largo da Duquesa, actual Largo Júlio de Castilho, no início do séc. XX. Ao fundo, a sua casa; à esquerda uma entrada para o parque Angeja-Palmela, à direita, o edifício onde foi reinstalada a Academia Musical 1 de Julho de 1893. O mesmo espaço a 25 de Janeiro de 2019. Fontes: http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf e foto privada

Os muros do antigo palácio Angeja-Palmela, actual Museu Nacional do Traje e Parque Botânico do Monteiro-Mor, e as paredes da Academia Musical 1 de Julho de 1893, estão a esboroar-se e a carecer de reparação e pintura (Figura 13).



Figura 13. Estado da entrada do Museu Nacional do Traje e fachada da Academia Musical 1 de Julho de 1893. Fontes: <https://www.visitaportugal.pt/distritos/d-lisboa/c-lisboa/lumiar/palacio-angeja-palmela> e <https://ticketline.sapo.pt/es/salas/sala/1702>

A Academia Musical 1 de Julho de 1893, uma das mais antigas colectividades de cultura e recreio de Lisboa, também representa um lugar de memória do movimento associativo oitocentista. Foi fundada numa época em que se reconhecia as vantagens da leitura, da educação e de estas serem oportunidade de mobilidade social. Mas o acesso a estes bens não estava generalizado e estas academias populares desenvolveram uma acção cultural e educativa criando bibliotecas, promovendo a leitura, realizando palestras, cursos livres e actividades recreativas de sociabilização e lazer o que, cria-se, evitava o “embrutecimento”. Os seus membros consideravam-se pessoas mais esclarecidas e nelas surgiram acções de envolvimento filantrópico, cívico e político (Mónica, 1980, Viegas, 1986). O seu desígnio, e a acção que no passado e presente elas desenvolvem, justificam que se conservem como lugares de memória e instituições actuates na regeneração do espaço da esfera pública (Habermas, 1991).

O lado direito do largo Júlio de Castilho ostenta um apreciável vazio no sítio onde foi a casa das Belas, uma incompletude que desequilibra a harmonia do largo e provoca “ruído visual” (Figura 14).

Um espaço ao abandono carece de uma solução que o reabilite e que qualifique o Largo Júlio de Castilho, parte relevante do espaço público edificado do antigo Lumiar.



Figura 14. Fachada da *casa das Belas*, cujo tardo dava para o palácio e enquadrava o Largo da Duquesa e imagem actual do espaço depois de esta casa ter sido demolida. Fontes: [http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vademecum/Vademecum AC 1.pdf](http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vademecum/Vademecum_AC_1.pdf) e fotografia privada de 25 de Janeiro 2019

Para além da visível degradação de muros, paredes e piso do largo – revestido a pedra negra basáltica mas desnivelado e esburacado – este e a rua da casa de Júlio de Castilho não são alvo de limpeza regular, de deservagem e desinfestação. Ocorre, também, continuada presença de lixo e de materiais construtivos ao longo dos muros e paredes (Figura15). Estes resultaram de intervenções descontinuadas para renovar a rede de infra-estruturas urbanas por terminar há largos meses e não se sabe a previsibilidade da sua conclusão nem a da recolha destes materiais.



Figura 15. Aspectos do Largo Júlio de Castilho, captadas a 25 de Janeiro de 2019. Fontes: Fotografias privadas

No centro do Largo Júlio de Castilho, o conjunto arquitectónico e escultórico do chafariz não tem sido objecto de conservação. Ele era uma presença marcante neste espaço público (Figura 16)¹⁶ como, já antes, o tinha sido no largo do adro da igreja do Lumiar, sítio onde esteve entre 1885 e 1909 (Silva, 2015, Figura 18 e Departamento de Património Cultural da Câmara Municipal de Lisboa, 2014).



Figura 16. Chafariz de São João Baptista no Largo da Duquesa e pormenor da escultura.
Fontes: <http://lisboahojeontem.blogspot.com/2013/02/chafariz-do-boneco-no-lumiar.html> ;
<http://www.academialumiar.org/>

O material construtivo do chafariz e os relevos das suas bicas estão a degradar-se. As duas pias, partidas e sujas, apresentam uma imagem de incúria, o que levará a que as convertam em caixotes de lixo (Figura 17). A escultura neo-clássica que coroava o chafariz foi furtada há cerca de dez anos e continua por encontrar. Não foi tomada a diligência,

¹⁶ Em *Lisboa desaparecida* informa-se que a fotografia do Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa apresentada na imagem 9 é de um retiro de fado: “O arquivista não dá mais pistas; o autor não é conhecido; a data não é mencionada. Sobram-me dois palpites. Um é perfeitamente intuitivo e não há nada que o fundamente: a fotografia foi tirada à roda do ano de 1910. O outro é menos descabido: o cavalheiro ao centro, no grupo da esquerda, tem todo o ar de ser o 2º visconde de Castilho [Júlio de Castilho]. A ser verdade, bem provável é estas casas serem para os lados do Lumiar” (apud <http://www.biclaranja.blogs.sapo.pt> postado 29.05Mai. 2006).
temporária ou definitiva, de a substituir por uma réplica, procedimento tomado em algumas

idades, e que, a título preventivo, conservam em museus as esculturas originais que possam encontrar-se em situação vulnerável nos espaços públicos de ruas e largos.



Figura 17. Estado de uma das pias usada como caixote do lixo e envolvente proximal do chafariz. Fonte: Fotografia privada, captada a 25 de Janeiro de 2019.

O desinteresse a que este chafariz, popularmente conhecido por “chafariz do boneco”, foi votado apaga a intenção de monumentalidade que ele conferia ao Largo da Duquesa e parece uma ruína iluminada (Figura 18). O seu estado actual, e o do próprio largo, desvalorizam um sítio que, circunstancialmente, reunia atributos de dignidade e vitalidade, características que é desejável estarem reunidas quando se pretende homenagear alguém, inscrevê-lo na memória colectiva e gerar dinâmicas sociais que vivifiquem o seu lugar de memória.



Figura 18. Estado actual do chafariz de te de S. João Baptista. Fonte: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622
Apesar do Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro estabelecer os procedimentos

para classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime jurídico das zonas de

protecção e plano de pormenor de salvaguarda, passados dez anos não se afigura que esta legislação tenha garantido o necessário suporte para a reabilitação e conservação deste património. É evidente a continuada degradação do núcleo antigo do Lumiar e do lugar de memória Largo Júlio de Castilho. Incúria que estendeu-se, também, à casa que foi a sua residência nesta Freguesia. O Largo de Júlio de Castilho, e o seu entorno, importam *per si* e para assegurar a salvaguarda e manutenção do enquadramento arquitectónico e paisagístico deste lugar de memória, e para conferir coerência ao espaço público, histórico e patrimonial do Lumiar, tão negativamente afectado pelas dinâmicas da transformação urbana em meados do século XX.

3.2. A casa de Júlio de Castilho entre os anos oitenta do século XX e 2018

Deixou de haver interesse por lugares como o Lumiar para ter segundas habitações quando, com a ampliação da cidade e facilidade de transportes, estes sítios começaram a integrar o grande espaço urbano, perderam a sua aura e surgiram novos locais de moda para casas de recreio e residência de férias. Este desvalor tocou a casa de Júlio de Castilho e terá levado ao alheamento pela sua conservação. Em 1997, após ter ficado desabitada, o imóvel foi vendido à Câmara Municipal de Lisboa. Ao longo de mais de uma década, nada se fez por ele, apesar de já ser evidente a sua crescente degradação e de, em espaços de opinião pública¹⁷, terem surgido diversas chamadas de atenção para o seu estado. Estes alertas não

¹⁷ Vejam-se alguns alertas difundidos na esfera pública em: <http://prosimetron.blogspot.pt/2012/10/casa-de-julio-de-castilho-no-lumiar.html>; <http://biclaranja.blogs.sapo.pt/397958.html>; <http://ruinarte.blogspot.pt/2009/11/julio-de-castilho.html>; <http://ambcvlumiar.wordpress.com/2010/03/24/casa-onde-viveu-julio-castilho-em-ruina-%E2%80%93-paco-lumiar-%E2%80%93-lisboa/>; <https://ambcvlumiar.wordpress.com/category/turismo/>; <http://lisboasos.blogspot.pt/2008/07/homenagem-ao-olisipgrafo-largo-jlio-de.html>; <http://mariomarzagaoalfacinha.blogspot.pt/2012/04/e-uma-pena-esquecerem-se-de-nos.html>; <http://www.publico.pt/culturaipsilon/noticia/por-onde-anda-a-memoria-das-casas-de-lisboa-que-contam-historias—263738>.

surtiram efeito e a casa de Júlio de Castilho acabou por tornar-se numa ruína votada ao abandono.

Apesar do avançado mau estado da casa ela denotava identidade histórica e arquitectónica. A descrição do Parecer Patrimonial da Câmara Municipal de Lisboa reconhecia-lhe valia histórica, cultural, patrimonial, paisagística e recomendava a sua reabilitação (Silva, 2015, nota 14). Mas, como já antes sinalizado (*idem*), do edifício original, visivelmente degradado, apenas restava o seu casco exterior e as cantarias de pedra. Fachadas, empenas e espaço interno estavam tomados por vegetação espontânea (Figura 19).



Figura 19. Aspecto da fachada e do estado de conservação da lápide celebrativa e do tardo da casa Júlio de Castilho em 2013 vendo-se à esquerda na primeira fotografia a Calçada do Picadeiro e o muro do Parque do Monteiro-Mor. Fonte:

http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf.

Os materiais construtivos da casa apresentavam graves patologias, o que a colocava em situação de fragilidade e ameaça de queda das paredes externas. As portas, janelas e aduelas de madeira do interior estavam inaproveitáveis por terem estado sem protecção devido a larga área da casa não ter cobertura. Parte do chão desaparecera, o que restava estava arruinado e os azulejos tinham sido furtados. A cobertura do piso térreo abatera quase na totalidade. A do primeiro piso colapsara e, em amplas áreas, o pé-direito do edifício ia do rés-do-chão ao sótão. Como a maioria das paredes internas haviam ruído não podia ter-se uma perspectiva que permitisse sustentar uma leitura da organização do espaço interior e não

era possível construir uma imagem sobre como a casa teria sido no tempo em que ela fora uma possível residência sazonal de Júlio de Castilho (Figura 20).

Figura 20. Aspectos parciais do estado interior da casa em 2013. Fonte:



http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf

Anos antes a casa sua vizinha, que pertencera a Luz Soriano, encontrara-se, também, em muito mau estado de conservação. Em 1999 ela foi intervencionada por iniciativa privada e, desde 2001, está ocupada como residência familiar. Depois de reabilitada a casa de Luz Soriano contrastava fortemente com a de Júlio de Castilho e acentuava a incúria a que esta fora votada (Figura 21). Sobre o estado dos lugares de memória de Júlio de Castilho no Lumiar continuavam a surgir na vertente comunicacional da esfera pública observações críticas e pertinentes (nota 16). Elas, todavia, não levaram a alterações que revertissem o estado de degradação do imóvel. Estes alertas cívicos não terão sido objecto de articulação participativa estruturada, ou de suficiente difusão e captação de atenção pública e institucional. Factores que, a terem existido, poderiam ter contribuído para sustentar capacidade prepositiva, e de ela influenciar processos decisórios para reabilitar a casa de Júlio de Castilho e o seu largo.



Figura 21. Estado das casas de Luz Soriano e de Júlio de Castilho até 2017. Fontes: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf> <https://plus.google.com/photos/104921905722227189434/albums/5996648265406870337>

Só após aquisição da casa de Júlio de Castilho à Câmara Municipal de Lisboa – a 4 de Julho de 2013, no âmbito do programa *Rehabitar Lisboa* – foi empreendida a sua reabilitação por iniciativa privada. Esta pretendeu restituir o edifício à sua primitiva função de residência. Sobre este tipo de iniciativas, Vítor Serrão afirma: “Na realidade, se é certo que todas as construções arquitectónicas de cariz doméstico, que são, muitas delas, obras de arte, definham, envelhecem e tendem a desaparecer, não é menos verdade que o reconhecimento das suas valências pode permitir, por parte da comunidade, alerta de salvaguarda, condições de restauro, vontade política e medidas cautelares de preservação e reutilização” (2015, p. 8).

O projecto de reabilitação, concebido pelo Arquitecto Jorge Bonifácio, expressava o conceito de reinscrever a casa no tecido urbano, e a visão de ela, um lugar de memória, contribuir para a valorização patrimonial, urbanística e ambiental do antigo Lumiar. A finalidade residencial visada, pois o edifício poderia ter tido outra – por exemplo, a de Casa Museu Júlio de Castilho – não o questionaria enquanto lugar de memória, “(...) lugares com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional (...) aspectos [que] coexistem sempre” (Nora, 1993, pp. 21-22). Espaços e sociedades são percorridos pelos diversos tempos que neles tenham existido e coexistido, e afigurou-se desejável que o sentido de interpolação da memória da Casa Júlio de Castilho não se esgotasse na mera

dimensão de presença, de perpetuação enquanto “monumento” edificado numa perspectiva imobilista e conservadora de “património por património” e alheia a necessidades de actuais espaços residenciais. Terá sido neste sentido que Vítor Serrão escreveu: “Assim, da imagem de *grandiosa efemeridade* que a casa Júlio de Castilho nos transmitia, esperando a morte no seu estado de ruína devastadas em lento fenecimento, passou-se para um estágio esperançoso de recuperação integrada e integral que, espera-se, respeite as preexistências e o *espírito de lugar*, devolvendo ao Lumiar uma unidade importante do seu *corpus* histórico” (2015, p. 10). A reabilitação da casa de Júlio de Castilho concluiu-se em 2019 (Figura 21).



Figura 22. Fachada da Casa de Júlio de Castilho depois de reabilitada. Fonte: fotografia privada de 25 de Janeiro 2018

A intervenção na casa Castilho resgatou-a da destruição e terá contribuído para que ela continue a conservar no espaço público o seu significado de lugar de memória. A sua recuperação também minorou o mau estado do conjunto edificado no Largo Júlio de Castilho e terá sido importante para melhorar a imagem do sítio do Museu Nacional do Traje e da Academia Musical 1 de Julho de 1893. Ao empreender a recuperação da casa de Castilho de um estado de ruína, ter-se-á contribuído para a revalorização desta parte da zona histórica do antigo Lumiar, um espaço detentor de identidade própria, de conteúdo cultural material e imaterial, de memória colectiva e de vivências acumuladas e transmitidas (Silva, 2015).

3.3. O estado da envolvente do Largo Júlio de Castilho e da sua casa

O Decreto n.º 67/97 de 31.12.1997¹⁸ classificou o conjunto do Paço do Lumiar como imóvel de interesse público. A Lei n.º 107/2001 de 8 de Setembro estabeleceu as bases do regime de protecção e valorização do património cultural e do seu entorno. O Decreto-Lei n.º 309/2009 de 23 de Outubro determinou o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural e o regime jurídico das suas zonas protecção (Figura 22). Em conformidade, os “Planos de Pormenor de Salvaguarda das Áreas do Lumiar e Paço do Lumiar” consideraram uma envolvente de cinquenta metros como zona de protecção dos edifícios classificados.



Figura 23. Delimitação do núcleo histórico da Rua do Lumiar, a vermelho, A amarelo, sinalizou-se o Largo Júlio de Castilho e a envolvente proximal. A parte antiga do cemitério foi excluída, apesar de nele existirem edificações tumulares da primeira metade do séc. XIX, testemunhos de interesse para a História Cultural e das Mentalidades. Fonte: Andrade, 2003.

Estes instrumentos jurídicos e de ordenação urbana não poderiam ter alcance retroactivo que restituísse ao conjunto classificado a totalidade da área determinada para a zona de protecção da sua envolvente. Esta contribui para enquadrar e conferir significado ao património

¹⁸ Como a inclusão do núcleo da Rua do Lumiar no Conjunto Classificado do Paço do Lumiar, Dec.n.º 67 / 97, DR 301 de 31 de Dezembro 1997); ser considerada Zona a Preservar, conforme o Plano Director Municipal que a define como Área Histórica Periférica; ter sido, em 1996, objecto de um Plano de Pormenor de Salvaguarda dos Gabinetes Técnicos Carnide - Luz / Paço do Lumiar e Rua do Lumiar / Ameixoeira da Câmara Municipal de Lisboa (cf. Andrade, 2003).

classificado do antigo Lumiar, mas decisões tomadas em décadas anteriores não acautelaram espaço que permitisse salvaguardar a extensão aprovada (vd. imagem 23) e ela foi criada conforme as distintas possibilidades de inclusão que então se ofereciam. Se esta limitação seria inultrapassável o mesmo não se aplicaria a procedimentos para assegurar a reabilitação e conservação do bom estado do espaço natural, cultural e edificado que ainda fora possível inscrever na zona de protecção (IGESPAR, 2012). O panorama de conservação na envolvente “protegida” do entorno proximal do lugar de memória de Júlio de Castilho justifica, todavia, uma breve descrição geral sobre o mau estado em que esta se encontra.

A Rua Pena Monteiro e a artéria vizinha, a Travessa do Coutinho, apresentam ervas daninhas e o piso em mau estado. Parte dele não foi recolocado quando, há cerca de 20 anos, foi levantado para a instalação de infra-estruturas. Na empena da casa de Luz Soriano existe um espaço devoluto e sem empedrado desde que o antigo Lumiar foi arrasado. Não se conhecem intenções de reconversão e ele permanece, apenas, deixado ao abandono (Figura 24). O fornecimento de água é improvisado. Os tubos de plástico encontram-se à superfície, o que se assemelha a soluções de recurso para distribuição doméstica de água em zonas suburbanas de génese ilegal.



Figura 24. Aspecto da travessa do Coutinho e do recanto devoluto da Rua Pena Monteiro, a envolvente proximal da casa de Júlio de Castilho. Fontes: <https://monteiromor.blogspot.com/> e documento privado

Parte da Rua do Lumiar e seis edifícios confinantes com o Museu Nacional do Traje são o que resta do antigo núcleo urbano do Lumiar. Esta esquelética remanescente (vd. Imagem 23). não tem uma escala que permita considerar que o conjunto do Largo Júlio de Castilho e Rua Pena Monteiro tenham conservado a sua envolvente, como pode observar-se ao comparar a distinta perspectiva entre o enquadramento edificado e ambiental que era oferecido e o actual (Figura 25).



Figura 25. Perspectivas comparativas da Rua Pena Monteiro. Fontes: <http://lisboadeantigamente.blogspot.com/2015/09/largo-julio-de-castilho.html> e fotografia privada, 25 de Janeiro de 2019.

A visão que a partir da Rua Pena Monteiro se tem do tardo de um prédio em ruína é uma impressionante imagem de inutilidade e incúria pública. Ela é tocante para os que conservam a memória de este edifício ter sido o melhor prédio de habitação familiar da Rua Direita e aquele que tinha a maior varanda (Figura 26).



Figura 26 - Comparação do estado de uma casa que subsiste na envolvente do espaço memória de Júlio de Castilho. Fontes:

http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf e <https://monteiromor.blogspot.com/>

Na imediação do Largo Júlio de Castilho localiza-se o pequeno conjunto classificado da Rua do Lumiar. Hoje, em termos de ocupação e conservação urbana, ela é uma pálida sombra do que foi até aos anos 60-70 do séc. XX e assemelha-se a um cliché de cenários vazios. Novas edificações geradas pela expansão urbana e pela construção da Avenida Padre Cruz destroçaram o núcleo antigo e são dissonantes com o que resta do legado construído e de memória do lugar. Parte da Rua do Lumiar foi “poupada”. Mas ela, ao ficar destituída de tecido urbano e cultural, de envolvente natural, e de dinâmica social, foi sendo abandonada (Figura 27).



Figura 27. A Rua Direita do Lumiar nos anos 60, ainda com campo por fundo antes de existir a Avenida Padre Cruz e imagem recente do seu estado actual. Fontes:

http://www.cph.ipt.pt/download/OIPDownload/vade_mecum/Vademecum_AC_1.pdf; <http://www.igogo.pt/nucleo-antigo-da-rua-do-lumiar/>

Diligências iniciadas em 1996-1997 (18) não reverteram a situação desta rua, ainda que, na altura e depois, tenham existido algumas obras de intervenção e reabilitação. Sobre a degradação patrimonial das habitações domésticas do núcleo histórico do Lumiar (Figura 28), Serrão observou: “Lidamos todos os dias com tal evidência, em dimensão de nostálgico desconforto, e esquecemos muitas vezes que é sempre possível travar o abandono, que existem modos de agir para se inverter o estado de ruína travar e assumir a recuperação dos bens patrimoniais, e que tal tipo de intervenção é um imperativo da cidadania” (2015, p. 8). Mas as intervenções da responsabilidade do município foram pontuais e as de iniciativa privada casuísticas. Elas, até agora, não alteraram substantivamente o perfil degradado e arruinado da Rua do Lumiar, sita na envolvente proximal da casa de Júlio de Castilho.



Figura 28. Aspecto da mais recente “vítima do tempo” na Rua do Lumiar. Nesta casa muito há para reconstruir e pouco para reabilitar. Reveja-se como era esta casa na Figura 26. Fonte: fotografia privada, 13 de Fevereiro de 2019.

4. Considerações Finais

É inequívoco o valor da obra de Júlio de Castilho, importante e inspirador estudioso da origem, evolução e vivências dos sítios, monumentos e instituições da história de Lisboa, história que se cruza com a do país. Pretendeu-se relevar o interesse de reabilitar, preservar e tornar mais conhecido e dinâmico o antigo Lumiar e o seu lugar de memória de Júlio de Castilho. Apesar de desde 1959 não se ter encontrado referências a novos lugares celebrativos em sua intenção – e este propósito poder ter tido continuidade e diversas configurações – isso não obstará a que os espaços de memória criados no Lumiar tivessem sido cuidados e revitalizados, mas o Largo Júlio de Castilho e a sua casa foram votados a continuada incúria. Desatenção que não dignifica a relevância do sítio, a de quem nele se pretende homenagear, não prestigia o museu nacional instalado no Largo de Júlio de Castilho, nem o significado histórico, e presente, do movimento associativo nele representado pela Academia Musical 1 de Julho de 1893. Perante este quadro importa reconsiderar e alterar o estado de conservação do Largo Júlio de Castilho, bem como o do núcleo histórico do Lumiar e a sua envolvente.

Como já se referiu, entre os anos oitenta do séc. XX e início do séc. XXI produziu-se legislação e planos para proteger o antigo Lumiar. Eles não poderiam reverter a destruição que se abatera sobre o local mas não aparentam ter produzido resultados substantivos para travar a perda do património desta zona classificada e estimular a recuperação do antigo lugar. O abandono do antigo Lumiar, e do Largo de Júlio de Castilho, são casos singulares mas que se reflectem no cômputo geral do estado da conservação dos núcleos históricos da cidade de Lisboa. Perante o panorama descrito será pertinente concluir esta comunicação com uma reflexão que, porventura, possa contribuir para reflectir e melhorar o estado do

património cultural no espaço público do Lumiar, o que teria, também, interesse para os lugares de memória de Júlio de Castilho na Freguesia, para a sua comunidade e para a cidade de Lisboa.

Vive-se num mundo em mudança mas esta não se sente no que resta do antigo lugar do Lumiar. Muitos edifícios da sua “Rua Direita” tornaram-se ruínas expectantes (Figura 27). Eles como que aguardam que a acção do tempo dite a sua irremediável destruição (vd. Figura 28) ou esperam poder ser resgatados por uma esperançosa reabilitação consistente, no sentido de esta ser perspectivada de forma integrada e como acção para “melhorar as características físicas, sociais, culturais, económicas e funcionais de uma determinada área, através da interacção de todos estes componentes” (Quintas, 2011, p. 10). A Rua do Lumiar, o Largo Júlio de Castilho, e a sua envolvente, necessitam da regeneração do seu edificado e de tecido humano e cultural para manterem a sua identidade e terem uma expressiva, e equilibrada, ocupação pública, familiar, comercial, social e cultural. Esta pode conferir-lhes ressignificação acrescentando-lhes novas referências e vivências que contribuam para dinamizar o desenvolvimento do lugar.

O actual fenómeno de retorno ao Lumiar ocorre num contexto que apela a construir menos e a reabilitar mais, ainda que não seja recomendável uma situação generalizada de a preservação e revitalização do antigo lugar assentar, exclusivamente, na sua privatização. Esta solução, cada vez mais recorrente, pode não acautelar a transmissão e uso do seu legado material e imaterial. A regeneração do antigo lugar deveria combinar uma avisada actuação pública e privada que beneficie moradores, visitantes e o tecido empresarial local, e devia ser perspectivada como uma oportunidade para a renovação do património cultural do núcleo histórico da Freguesia e para este poder reafirmar-se nas suas múltiplas dimensões sociais. Pierre Nora diz: “Não há porque obstar o crescimento de uma cidade, ele é necessário e bem-vindo, mas as perdas de referências da população em relação a seu passado provocam, por

exemplo, a perda concomitante da noção de ‘pertencimento, princípio e segredo da identidade’, que no nosso entendimento passa pela educação patrimonial (...)” (1993, p. 18). Esta é importante para a cidadania e para criar públicos, essenciais a todas as políticas de democratização e acesso a bens culturais. E políticas de educação patrimonial carecem de pessoas envolvidas, motivadas e informadas de forma a que possam co-participar, usufruir e acrescentar o património cultural, um bem em construção.

O estado em que se encontra o património cultural do Lumiar tem um histórico de responsáveis directos: as instituições e serviços centrais e locais que operam nas áreas da cultura, património e manutenção urbana. Responsabilidade que, também, envolve os próprios cidadãos: “o património no espaço público tem, também, funções de interpretação do espaço físico e social e de criar enquadramentos que possam contribuir para antecipar e projectar continuidade de identidade e diferenças que se lhes queiram imprimir para que eles sejam o que se deseje que venham a ser” (Silva, 2015, p. 55). A possível fragilidade de envolvimento e articulação cívica na defesa do património do Lumiar, fenómeno também identificado em torno do lugar de memória de Júlio de Castilho, não reduz a responsabilidade das instâncias institucionais. Estas alhearam-se das críticas surgidas na comunicação social (alguns exemplos na nota 17) e do seu dever de preservar o património cultural do Lumiar e os seus lugares de memória. Outros factores poderão contribuir para a continuada degradação do património cultural no Lumiar e noutros sítios. Caso de um contexto societal – emoldurado por lógicas de sociedade do espectáculo, cultura de entretenimento, presentismo e instantaneidade (Castells & Cardoso, 2006, Martel, 2010, Melman, 2012) – que pode desvalorizar referenciais culturais, memória, conhecimento validado e dificultar a motivação e agregação cívica em torno da defesa e apropriação do património, não obstante ele ser um factor de diferenciação e poder contribuir para aliviar uma uniformização de práticas geradas por monoconsumo desinformado e acrítico de

produtos da indústria cultural (Adorno, 1987). Estes fenómenos também não são independentes de algum demissionismo social e educativo em relação ao património cultural; da retracção de investimento; de fraca inovação em políticas e ofertas culturais; de algum afunilamento destas ofertas em produtos massificados e/ou desajustados de novos contextos socioculturais; da restrita diversidade de estratégias de abordagem e de exploração mobilizadas em práticas de promoção do património cultural; de baixo enfoque das ofertas nos públicos destinatários. Este quadro dificulta a promoção, apropriação e interesse pelo património e a compreensão social de ele ser um bem comum: “(...) a sobrevivência dum grupo do passado na recordação dum grupo presente confere a esta recordação a função de memória colectiva (...)” (Elias, 1993, p. 249).

A vir a ser empreendido um plano abrangente de reabilitação e salvaguarda do património cultural do Lumiar, e do lugar de memória de Júlio de Castilho no espaço público, será desejável que ele seja acompanhado por programas que contemplem os usos a dar a este património e à sua relação com as novas áreas urbanizadas da Freguesia e com o conjunto da cidade. O desenho de políticas e programas culturais devem, para este e outros fins, envolver contributos solicitados e voluntários; prever divulgação adequada; ser apresentados e enquadrados por efectivo debate para que estes programas e ofertas possam ser criados com os potenciais participantes e as parcerias envolvidas. Estes programas precisam de enquadrar novas problemáticas; diversificar ofertas informativas, educativas e culturais; considerar dinâmicas de envolvimento; fornecer bases informativas que facultem, a residentes e visitantes e a possibilidade de interpretar e projectar sentido sobre o património cultural do lugar. Estes processos e estratégias podem ampliar níveis de atractividade e cooperação, gerar maior impacto nos públicos e na preservação e dinamização do património cultural – um bem em processo de construção e reinterpretação que não deve ser negligenciado. Ele pode contribuir para o desenvolvimento da comunidade,

razão porque deve fazer parte da política cultural nacional, da cidade e da Freguesia do Lumiar.

O antigo Lumiar, e o espaço memória de Júlio de Castilho, estão inscritos numa zona protegida. O IGESPAR considera-a um “conjunto de imóveis símbolos de valores históricos, artístico – arquitectónicos, paisagistas e de memória, a todos os níveis notáveis” (2012, p. 9). Importa, então, explorá-los e apoiar-los com políticas culturais que os resgatem do abandono, que lhes confirmem sustentabilidade e aportem retorno social. Estas diligências carecem, também, de reflexão em torno dos bens patrimoniais. E de ofertas informativas, educativas e culturais para os diversos moradores, visitantes e públicos, a fim de elas contribuírem para reinscrever o interesse social do significado destes bens. Para isso elas precisam de ser acompanhadas por estratégias participativas e de comunicação diversificadas e ajustadas ao objecto das ofertas propostas e aos participantes. No caso de Júlio de Castilho, ele, a sua obra, o seu lugar de memória no Lumiar, e a respectiva envolvente, continuam a fornecer tópicos interessantes e potencialmente motivadores que seria pertinente abordar e promover consistentemente, pois ao património cultural não basta fazer parte de um conjunto classificado; limitar-se ao papel de “pedras mortas” destituídas de memórias inscritas em vivências sociais; sustentar-se em frágeis lembranças a desvanecerem-se na fluidez de um “mundo líquido” (Bauman & Lins, 2016).

O património cultural precisa de ser valorizado e inscrito na memória colectiva e na cultura da informação de uma sociedade do conhecimento, o que envolve informação científica, cultural, tecnológica, das humanidades e expressões artísticas e criativas do património cultural humano. Na sociedade informacional em rede ele pode contribuir para contrariar riscos de perda de identidade, de isolamento, de uniformização massificada e de desindividualização. Deve, portanto, ser considerado um referencial para as novas gerações reconhecerem factores identitários e facultar elementos de agregação comunitária e social

(Castells & Cardoso, 2006). Importa, portanto, revalorizar o papel do património cultural. Em relação ao património do antigo Lumiar, este precisa de ser regenerado e integrado em novas dinâmicas socioculturais e de ser inscrito numa política alargada de gestão territorial e patrimonial que considere os referenciais culturais do antigo Lumiar. O Largo Júlio de Castilho carece, urgentemente, de ser recuperado e que nele se inscreva, e se conserve, uma consciência celebrativa do património e da memória histórica do Lumiar e de Júlio de Castilho. Lugares de memória têm, simultaneamente, funções materiais, simbólicas, funcionais, e neles deve projectar-se uma “vontade de memória” (Nora, 1993), o que os torna lugares de reconhecimento e pertença no espaço colectivo, pois “o desaparecimento da tradição cultural própria ao ser absorvida na unidade do nível de integração mais elevado significa, de facto (...), uma espécie de morte colectiva” (Elias, 1993, p. 47).

Seria desejável que a reabilitação da Casa de Júlio de Castilho possa inspirar a recuperação, e a continuada conservação e dinamização, de outro património material e imaterial do Lumiar. Mas perante o evidente e continuado desinvestimento no seu núcleo antigo pode pensar-se que, tal como não houve há cinquenta anos decisão para o destruir completamente, também hoje ainda não haverá decisão para o recuperar e revitalizar. Perante este continuado imobilismo pode parecer que se está à espera que a responsabilidade por o fazer desaparecer seja atribuída à inexorabilidade do tempo. O que a suceder destituirá a casa e o Largo Júlio de Castilho dos parques referenciais subsistentes de enquadramento, e da possibilidade de leitura da sua relação com o antigo Lumiar. Por ocasião da efeméride dos cem anos sobre o falecimento de Júlio de Castilho, efeméride que pretende celebrar a sua obra e memória, importaria fazer uma reflexão institucional e pública sobre a reabilitação, adaptações e usos a dar ao seu lugar de memória no espaço público do Lumiar e ao património cultural do lugar. Eles poderão, apoiados por programas consistentes e

pertinentes, contribuir para regenerar formas de as pessoas se relacionarem como comunidade e como sociedade.

Referências

- Adorno, T. W. (1987). Sobre a indústria cultural. In *Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações da opinião pública, propaganda e "cultura de massa" nessa sociedade*, Cohn, G. (Org.). S. Paulo: Quiróz, T. A., 287-295.
- Andrade, S. (2003). Lumiar, núcleo antigo do Lumiar. *SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitectónico*. Obtido na http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2622. [Consult. 18.01.2019].
- Arez, A. (2004). O Palácio e a Quinta do Monteiro-Mor no Paço do Lumiar. [Em linha]. *Resumos das Actas CONGRESSO INTERNACIONAL DA APHA, 3º, Porto, 2004. Organizado pela Associação Portuguesa de Historiadores de Arte*, 1-3. Obtido na <http://www.apha.pt/boletim/boletim4/resumos/AnaArez.pdf>. [Consult. 26.01.2019].
- Arez, A. (2010). A quinta e o Paço dos Mestres de Avis no Lumiar, actualmente integrados no Museu Nacional do Traje. In *4ªs JORNADAS HISTÓRICO CULTURAIS DO LUMIAR, 2008*. Lisboa: Junta de Freguesia do Lumiar.
- Aristóteles (1991). *Ética a Nicômaco*. São Paulo: Nova Cultural.
- Bauman, Z. & Lins, M. (2016). A fluidez do mundo líquido de Zygmunt Bauman: entrevista original a Milénio. In *Globo News*, 29.04.2016. Rio de Janeiro: Globo News. Obtido na <http://www.fronteiras.com/entrevistas/a-fluidez-do-mundo-liquido-de-zygmunt-bauman>. [Consult. 17.05.2018].
- Bentmann, R. & Müller, M. (1975). *La villa como arquitectura del poder*. Barcelona: Barral

- Caldas, J. V. (1999). *A casa Rural nos Arredores de Lisboa no século XVIII*. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade Porto.
- Candeias, A. (2004). *Alfabetização e Escola em Portugal nos Séculos XIX e XX: os censos e as estatísticas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Castells, M. & Cardoso, G. (Org.) (2006). *A sociedade em rede: do conhecimento à acção política*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 434p. ISBN: 972-27-1453-8. Obtido na [http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade em Rede CC.pdf](http://cies.iscte-iul.pt/destaques/documents/Sociedade_em_Rede_CC.pdf). [Consult. 15.01.2018].
- Castelo Branco, F. (1980). *Breve História da Oisipografia*. Amadora: Ministério da Cultura e da Ciência.
- Castilho, J. de (1938). *Lisboa antiga*. Lisboa: S. Industriais da C.M.L. [Câmara Municipal de Lisboa], 12v.
- Chartier, Roger (dir.) (2003). *Pratiques de la lecture*. Paris, Editions Payot & Rivages.
- DEPARTAMENTO DE PATRIMÓNIO CULTURAL DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA (2014). São João num largo de Lisboa. In *Toponímia de Lisboa*. Obtido na <http://toponimialisboa.wordpress.com/2014/06/24/sao-joao-num-largo-do-lumiar/> [Postado a 24.07.2014. Consult. 14.01.2019].
- Elias, N. (1993). *A sociedade dos indivíduos*. Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Habermas, J. (1991). *The structural transformation of the public sphere: an inquiry into a category of bourgeois society*. Cambridge: MIT Press. Obtido na http://pages.uoregon.edu/koopman/courses_readings/phil123-net/publicness/habermas_structural_trans_pub_sphere.pdf.
- IGESPAR, Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico (2012). *Proposta de revisão do âmbito da classificação do conjunto do Paço do Lumiar (...)*. Lisboa: Direcção Regional da Cultura de Lisboa e Vale do Tejo. Obtido na

<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/ERpacolumiar.pdf>. [Consult. 08.02.2019].

Martel, F. (2010). *Mainstream, enquête sur la guerre globale de la culture et des médias*. Paris: Flammarion.

Matos, J. S. de (1989) – Quinta de Recreio. In *Dicionário de Arte Barroca em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença.

Melman, C. (2012) – *L’homme sans gravité: jouir à tout prix*. Paris: Denoël.

Mesquita, M. D. (1992). *História da Arquitectura, uma proposta de investigação: o Palácio dos Marqueses de Fronteira como situação exemplar da arquitectura residencial erudita em Portugal*. Dissertação de Doutoramento em História da Arquitectura. Faculdade de Arquitectura da Universidade Técnica de Lisboa, Portugal.

Mónica, M. F. (1980). Ler e poder: debate sobre a educação popular nas primeiras décadas do século XX. In *Análise Social*. V. XVI, 63, 499-518. Obtido na <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223996537J4mEJ0mb1Tn90RZ7.pdf>. [Consult. 15.01.2019].

Monteiro, N. G. F. (2007). *Elites e poder entre o Antigo Regime e o Liberalismo*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Nora, P. (1993). Entre memória e história: a problemática dos lugares. [Em linha]. In *Projeto História*. nº 10, 7-28. Obtido na <http://www.pucsp.br/projetohistoria/downloads/revista/PHistoria10.pdf>. [Consult. 20.01.2019].

Paléologue, N. (1924). Romantisme et diplomatie [artigo sobre Talleyrand e Metternich]. In *Revue des deux Mondes*. 1er avril 1924, 281-318. Obtido na http://www.talleyrand.org/politique/romantisme_diplomatie_talleyrand3.htm. [Consult. 01.09.2016].

- Quintas, J. de A. T. C. (2011). *Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: o exemplo do Palácio Fronteira*. [Em linha]. Dissertação de Mestrado em Reabilitação da Arquitectura e Núcleos Urbanos. Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Arquitectura. Lisboa: Portugal. Obtido na <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/3306/1/dissertacao.pdf>. [Consult. 17.01.2019].
- Revez, C. et. al. (2012). *Mistérios do Paço do Lumiar: da fundação a Júlio de Castilho*. Lisboa: Centro Cultural de Telheiras.
- Rousseau, J.-J. (1974). *O contrato social*. Mem Martins: Publicações Europa-América.
- Serrão, V. (2015). Prefácio. In *Apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*, Silva, V. M. da. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar, 8-10. Obtido na http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial_e_didactica&seccao=o_ideario_patri monial&media=monografia&lang=PT#media. [Consult. 17.01.2019].
- Silva, V. M. da (2015). *Apontamento para um enquadramento histórico e cultural da Casa Júlio de Castilho*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. Obtido na http://www.cph.ipt.pt/?pagina=unidade_editorial_e_didactica&seccao=o_ideario_patri monial&media=monografia&lang=PT#media. [Consult. 12.01.2019].
- [Simões?] P.C.S. como] (1976-1977). Apontamentos de algumas visitas realizadas pelo grupo, em 1977. (p.) In *Olisipo: Boletim do Grupo de Amigos de Lisboa*. Lisboa: Grupo de Amigos de Lisboa. Ano 39 e 40, nº 139-140, 111-121. Obtido na http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/Periodicos/Olisipo/1976-1977/N139-140/139-140_master/Olisipo_N139-140_1976-1977.PDF. [Consult. 10.01.2019].

- Viegas, J. M. L. (1986). Associativismo e dinâmica cultural. In *Sociologia Problemas e Práticas*. 1, 103-121. Lisboa: ISCTE. Obtido na <http://sociologiapp.iscte.pt/fichaartigo.jsp?pkid=438>. [Consult. 15.01.2019].
- Wesch, P. (2009). *El Palácio Sanssouci: la residencia de verano de Federico el Grande*. Múnic: Prestel.
- Williams, R. (1960). *Culture and Society: 1780-1950*. New York: Anchor Books. Obtido na <http://archive.org/stream/culturesociety17001850mbp#page/n7/mode/2up>. [Consult. 06.02.2019].

